

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



### A CONSTITUCIONALIDADE DAS RESTRIÇÕES ÀS LIBERDADES INDIVIDUAIS NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

#### Autor(res)

Ana Maria Foguesatto  
Diogo Ricardo Martins Balestra  
Luane Flores Chuquel  
Beatriz Fátima Andretta

#### Categoria do Trabalho

Pesquisa

#### Instituição

FACULDADE DE DIREITO DE URUGUAIANA - ANHANGUERA

#### Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a constitucionalidade das medidas de combate às mudanças climáticas e seu impacto nas liberdades individuais. O meio ambiente é um dos deveres fundamentais do Estado, conforme estabelecido pelo artigo 225 da Constituição Federal. No entanto, a Carta Magna também estabelece os valores da livre iniciativa e do desenvolvimento nacional como princípios essenciais. Essa conjuntura cria um desafio significativo entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico sustentável. A pesquisa tem como problema central a conciliação entre desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Este estudo irá apresentar hipóteses sobre como alcançar um equilíbrio entre esses dois objetivos, levando em consideração o contexto atual do Brasil no âmbito do MERCOSUL e das relações com a União Europeia, onde questões ambientais são pontos de discussão nas negociações econômicas. O método de abordagem utilizado foi o hipotético-dedutivo.

#### Objetivo

O objetivo principal desta pesquisa científica é analisar a constitucionalidade das medidas de combate às alterações climáticas e avaliar seu impacto nas liberdades individuais, considerando o conflito entre os princípios fundamentais de proteção ambiental, livre iniciativa e desenvolvimento nacional. Busca-se, assim, assegurar o desenvolvimento econômico sem comprometer a proteção ambiental.

#### Material e Métodos

A metodologia adotada neste resumo expandido consiste na aplicação do método hipotético-dedutivo em conjunto com uma pesquisa exploratória bibliográfica. Para isso, foram consultados autores especialistas nas áreas de Direito Constitucional, Direito Ambiental, Gestão Ambiental, ESG e Economia Sustentável. A revisão abrangente da literatura existente sobre o tema permitiu a compreensão das bases teóricas e legais das medidas de combate às mudanças climáticas. Nesse sentido, foram analisadas leis, convenções, tratados internacionais, pesquisas jurídicas e sociológicas, artigos científicos e doutrinas especializadas. Com base nos preceitos constitucionais, serão discutidas alternativas e soluções viáveis para conciliar os objetivos de proteção ambiental e

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



desenvolvimento econômico, sempre respeitando os direitos e liberdades individuais.

### Resultados e Discussão

O Estado tem a responsabilidade de proteger o meio ambiente, de acordo com a Constituição de 1988. Essa responsabilidade não é excluída pelos objetivos de desenvolvimento econômico estabelecidos na Constituição. Nesse sentido, o Estado deve adotar políticas públicas para promover a sustentabilidade. Isso inclui incentivar o uso de energias renováveis, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e implementar programas de preservação e reflorestamento. O Estado também pode emitir títulos verdes e créditos de carbono para financiar essas iniciativas.

Tanto o Brasil quanto a União Europeia estão preocupados com o desenvolvimento sustentável. No entanto, existem desafios específicos nos países subdesenvolvidos em relação à preservação ambiental e à sustentabilidade econômica. É necessário que todas as partes se comprometam a implementar políticas ambientais razoáveis e eficazes.

### Conclusão

A constitucionalidade das medidas sobre mudanças climáticas é complexa, envolvendo proteção ambiental e liberdades individuais. Políticas públicas eficientes, tecnologias e energias renováveis são necessárias. Para um futuro acordo econômico entre MERCOSUL e União Europeia, é crucial adotar medidas eficazes de desenvolvimento econômico sustentável.

### Referências

- ABRAMOVAY, R. Muito além da Economia Verde. São Paulo: Ed. Abril, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- FURTADO, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico. Revista Brasileira de Economia, v. 6, n. 3, 1952. [Reproduzido em Memórias do Desenvolvimento, n. 1, 2007].
- MACHADO, Costa. Constituição Federal, Interpretada, artigo por artigo e parágrafo por parágrafo. 12ª edição. São Paulo: Editora Manole. 2021.
- MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. Economia ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.
- NOBRE, M. Crescimento Econômico versus Preservação Ambiental: origens do conceito de desenvolvimento sustentável. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. C. (orgs.) Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília: Ed. IBAMA, p. 27-48, 2002.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.